

# O EXÉRCITO COMO INSTRUMENTO DA AÇÃO POLITICA NACIONAL

*Conferência pronunciada na ESG em 1970 pelo  
Exmo. Sr. Gen. Ex Antônio Carlos da Silva Muricy,  
Chefe do EME.*

## 1 — Introdução

Recebi com duplo prazer a ordem do Exmo. Sr. Ministro do Exército para pronunciar, nesta Escola, a Conferência subordinada ao título "O Exército como Instrumento da Ação Política Nacional" e que na realidade não é mais que a apresentação, em grandes linhas, da tarefa que a Força Terrestre vem executando, em silêncio, dentro da atual conjuntura nacional.

O motivo da minha satisfação provém, de um lado, do fato de voltar a este auditório, porta-voz deste centro de brasilidade, onde trabalhei, na sua fase inicial, durante quatro anos e meio. De outro lado, pela oportunidade oferecida ao Exército, acidentalmente através de minha pessoa, de transmitir aos Srs. Estagiários um relato, embora sucinto, das atividades que o Exército vem desempenhando silenciosamente em prol da consecução e manutenção dos objetivos nacionais, no quadro conjunto da Política Nacional.

Acresce a isso, ainda, que, nesta exemplar Escola, além do muito que lucrei culturalmente, aprendi, entre outras, quatro grandes lições que muito me têm ajudado na vida: 1.º — ninguém constrói sozinho e apenas o trabalho em equipe, bem orientado, permite analisar um problema de ângulos os mais variados e concluir de forma racional, chegando-se a uma solução pelo menos razoável; 2.º — os problemas nacionais não podem ser encarados isoladamente, tais e tantas são as implicações de uns em outros, mesmo em setores os menos esperados; 3.º — por mais que tenhamos estudado e incorporado um assunto sempre há algo de novo a aprender e, nas demais áreas, somos, muitas vezes, de uma ignorância que nos torna humildes; 4.º — em todos os setores da vida nacional há brasileiros verdadeiramente devotados à sua terra e prontos a todos os sacrifícios para seu progresso.

## 2 — Destinação Constitucional do Exército — O Primado da Segurança como finalidade

Inquestionavelmente estamos no Brasil de hoje sob o signo da luta para vencer o subdesenvolvimento. Não há negar ser esta a principal motivação contemporânea da Política e da Estratégia Brasileiras. É fora de dúvida, que na presente conjuntura, em nível da política nacional, o grosso dos recursos disponíveis deve ser canalizado para promover o Desenvolvimento, sem prejuízo, no entanto, dos meios mínimos necessários para fins de Segurança. E é neste contexto que emerge o já exaustivamente analisado tema, em tôdas as suas implicações, do relacionamento que forçosamente existe entre os dois ângulos, nem sempre distintos, de uma Política Nacional e sua conseqüente Estratégia — o Desenvolvimento e a Segurança. Com vistas ao desdobramento adequado desta Conferência, há que se situar, naquele quadro global, a *destinação constitucional do Exército, no conjunto das Forças Armadas*.

De fato, é mister remontar à razão de ser das Forças Armadas para situarmos devidamente o tema e desenvolvê-lo, dentro do pensamento orientador de toda a preparação e do emprêgo do Exército na paz e na guerra. É a destinação constitucional que nos permite responder adequadamente à questão: "Exército para quê?"

"As Forças Armadas — prescreve o Art. 91 da Constituição da República Federativa do Brasil, Emenda Constitucional n.º 1 de 17 de outubro de 1969, *essenciais à execução da política de segurança nacional, destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem.*"

Poderia parecer, aos menos avisados, que essa destinação, nos termos em que está enunciada, em face do imperativo categórico do memento — *promover o desenvolvimento do país* — relegaria as instituições militares, e entre elas o Exército, a um papel inexpressivo, caso essas não se transformassem em agentes diretos do desenvolvimento.

Entretanto não será necessário grande penetração de análise das conjunturas Internacional e nacional para comprovar a validade da doutrina constitucional sobre a destinação das Forças Armadas, *em particular à luz do próprio anseio generalizado de desenvolvimento*.

Isto porque, "o processo de desenvolvimento — como afirmam os mestres — exige modificações qualitativas que alteram a estrutura do sistema econômico, que modificam valores e formas de comportamento das sociedades tradicionais e provocam, como conseqüências, fricção e tensões", não só no âmbito interno, como também nas relações internacionais, pelo choque de interesses contrariados. É, como sabeis, "uma mudança econômica que se opera de maneira lenta e muitas vezes socialmente dolorosa".

Daí a condição "*sine qua non*" de *estabilidade política e de disciplina social, fatores indispensáveis para proporcionar aos governantes e classes dirigentes as condições de trabalho e de tranqüilidade* necessárias para permitir a formulação, a instituição e a implantação de instrumentos sócio-econômicos capazes de superar os obstáculos tradicionais peculiares ao subdesenvolvimento e gerar o tão almejado progresso e bem-estar da sociedade brasileira.

Aí se situa a propriedade atual da destinação constitucional do Exército, pois naquele contexto, torna-se evidente que cabe *primacialmente às Forças Armadas proporcionar à nação a segurança e a tranqüilidade indispensáveis* ao processo do desenvolvimento, segurança que diz respeito tanto aos antagonismos de origem externa, como aos de base interna.

Eis a idéia chave a reter, e que encerra toda a doutrina que inspira, presentemente, o preparo e o emprêgo do Exército Brasileiro no conjunto das Forças Armadas e no quadro conjunto da Política Nacional.

E os fatos aí estão para comprovar a tese. Graças à estabilidade política e à disciplina social que a Revolução com apoio das Forças Armadas, logrou assegurar nestes últimos seis anos — vale dizer, ao clima de segurança em face dos antagonismos existentes — pôde o Brasil operar extraordinárias transformações em suas estruturas sócio-econômica e política, no período que vai de 1964 a 1970.

Por essa razão, tal como as outras Forças irmãs, o Exército é preparado primacialmente para a Segurança. Esta é a sua atividade básica, primordial e permanente. Entretanto, sem prejuízo de sua *finalidade essencial*, e desde que estejam em condições de bem executar sua missão principal, podem e devem as Forças Terrestres cooperar, especificamente, como *finalidade complementar*, em projetos de desenvolvimento e outras atividades, mesmo não militares, que indiretamente estejam vinculadas à Segurança Nacional.

Uma avaliação estratégica da atual conjuntura, internacional e nacional, leva forçosamente à conclusão da necessidade urgente de dispor de Forças Terrestres modernizadas, devidamente aparelhadas e adestradas, e numericamente suficientes como instrumento da política nacional, tanto na área externa, como no âmbito interno.

Quanto à *segurança externa*, torna-se desnecessário enfatizar que, na cena internacional, os fatos estão demonstrando o retôrno à política de poder, em busca do alargamento de áreas de influência com base na força, e neste ambiente somente as nações que dispõem de instituições militares, e entre elas o Exército, eminentemente nacionais, eficientes em termos psicológicos, de equipamento e de adestramento profissional, estão em condições de manter sua soberania sem maiores limitações e de fazer valer seus interesses em face de toda ordem de pressões.

Neste quadro as nossas Fôrças Terrestres têm de estar aptas a exercer as seguintes atividades:

- guardar e manter a inviolabilidade da fronteira terrestre e da orla marítima;
- combater o inimigo externo, prevenindo ou repelindo qualquer forma de agressão, seja através de uma ação independente, seja no quadro de uma aliança;
- participar de fôrças, sob a égide de organismos internacionais, para a manutenção da paz e da segurança continental e mundial.

No que tange à *segurança interna*, já não há quem possa pôr em dúvida que a minoria alienada que pretende destruir o sistema democrático da sociedade aberta em que vivemos e implantar a ditadura totalitária comunista com o apoio de centros de poder na esfera internacional, vem procurando levar até as últimas consequências, principalmente pelo terror e pela violência, o *processo da Guerra Revolucionária, que, como sabeis, é global e total e abrange tôdas as formas de agressão e de luta contra as instituições que presidem os destinos da pátria*, instituições essas que estamos procurando fazer evoluir progressivamente, adaptando-as às exigências contemporâneas, sem perder os vínculos culturais em que se alicerçam os valores que nortearam e norteam a civilização ocidental.

*Não é problema exclusivo das Fôrças Armadas a luta contra a subversão.* Elas constituem apenas um dos instrumentos de que a nação dispõe para fazer face a este tipo de guerra. Há que se esclarecer que tal instrumento tem sua ação principal, naquele contexto, como fator de integração nacional, e, como força de coerção na fase operativa. A responsabilidade da luta porém cabe a todos os cidadãos e a todos os grupos e principalmente, nas fases preliminares, aos que têm influência direta no desenvolvimento da vida nacional e àqueles que têm ingerência na formação da mentalidade dos brasileiros, em particular, dos brasileiros jovens.

Entretanto, sem embargo dos esforços que têm sido realizados para atribuir o estágio da repressão à subversão aos órgãos policiais, federais (notadamente o Departamento de Polícia Federal) e os estaduais, (essencialmente as Polícias Civil e Militar) — o Exército tem sido levado a participar com suas Fôrças Irmãs ostensiva e diretamente, de ações de caráter nitidamente policial, o que não é recomendável. Isto tem ocorrido em face do despreparo de grande parte dos órgãos policiais, ainda não estruturados e suficientemente preparados para o cumprimento efetivo de tais encargos, no quadro da segurança interna. Com a criação da Inspeção-Geral das Polícias Militares, sob a jurisdição do Exército, procurou o Governo dispor de um instrumento para, progressivamente colocar as polícias militares estaduais em condições de bem cumprir aqueles encargos,

1674

orientando-as dentro de uma mesma sistemática, fazendo-as compreender a sua responsabilidade na guerrilha urbana e na ação preliminar contra distúrbios urbanos e mesmo rurais.

A melhor estruturação da Polícia Federal que ora se delinea, também tenderá a fazer mudar o atual estado de coisas.

A luz dessas considerações podemos enunciar, agora, qual a atuação do Exército na *segurança interna*:

- participar das ações de defesa interna, no cumprimento da missão constitucional de garantia da lei e da ordem, visando a preservar a unidade nacional e as instituições democráticas;
- colaborar na defesa civil, inclusive prestando socorro nos casos de calamidade pública.

Apresentado, em grandes linhas, o que precipuamente compete às Forças de Terra no quadro da segurança, situemos agora as *atividades do Exército*, que consideramos como *complementares*.

Ao tratarmos das atividades das Forças Terrestres, rigorosamente dentro da destinação constitucional, identificamos setores de atuação que *podem ser considerados como ligados ao desenvolvimento*, mas que, por seus efeitos e implicações, cobrem, a rigor, os dois ângulos da política e da estratégia nacionais.

Queremo-nos referir à contribuição que o Exército presta e continuará prestando, ao já mencionado processo de transformação qualitativa no *campo da educação*, no *campo do aproveitamento dos recursos naturais*, no levantamento e mapeamento do território, no *campo da ação civico-social*, no *campo do desbravamento de áreas ainda não efetivamente incorporadas ao processo civilizatório brasileiro*, no *campo da Ciência e da Tecnologia* e no *campo dos Transportes*, em particular no que incide sobre o Nordeste e áreas pioneiras da Amazônia e da faixa de fronteira terrestre. Evidentemente, o desempenho de atividades dessa natureza só é admitido sem prejuízo de sua finalidade essencial — PROPORCIONAR SEGURANÇA.

### 3 — O aumento da operacionalidade das forças terrestres — Uma contribuição do desenvolvimento à segurança.

O simples enunciado dos encargos do Exército no quadro de sua finalidade essencial em face da atual conjuntura nacional e internacional, evidencia a necessidade, inadiável e urgente, de modernização e reaparelhamento das Forças Terrestres, de modo que acompanhando a evolução econômico-social da nação, com vistas a compatibilizar a segurança com o desenvolvimento, fiquem elas em condições de bem cumprir sua destinação, *inclusive tornando-as tanto quanto possível e conveniente não dependentes dos parques industriais externos*. E

nesto último aspecto que vamos encontrar a comprovação da reconhecida inter-relação existente entre desenvolvimento e segurança, em termos da real capacidade da nação de fabricar e manter grande parte do equipamento destinado às suas instituições militares.

É necessário ser dito que o Exército bem como suas Forças irmãs, está no momento equipado com material em grande parte obsoleto, reduzindo sobremodo, sua eficiência operacional, situação a que chegou, como chegaram as outras Forças Armadas, pela irretorquível insuficiência de investimentos para o atendimento de suas necessidades mínimas fundamentais.

As dificuldades financeiras da década dos anos 60, decorrentes do eufórico período de falso desenvolvimentismo, criaram para o país total impossibilidade de conceder às Forças Armadas e dentro delas o Exército o mínimo de meios para investimentos. Só agora, após 6 anos da Revolução Democrática, pôde o Governo, sem quebra do ritmo de progresso voltar suas vistas para melhorar a situação de segurança; foi um risco calculado patrioticamente aceito pelas Forças Armadas, risco que foi consentido em face da favorável evolução da conjuntura no que diz respeito à segurança externa. As instituições militares estão agora satisfeitas com a reversão que se opera e que lhes permitirá fazer face ao componente da subversão em termos altamente favoráveis e atender aos encargos mínimos de segurança externa. Tudo sem espírito armamentista, ou de corrida ao poder, mas encarando tranquilamente e com realismo a conjuntura internacional que nos diz respeito e a atualização do Exército no emprêgo das novas armas e das novas técnicas.

Dai porque está o Exército empenhado, no período do atual Governo, em alcançar, *como meta estratégica, maior operacionalidade, para ficar em melhores condições de cumprir sua destinação constitucional.*

Neste sentido vários passos já foram dados.

No que tange ao reaparelhamento do Exército, com base no princípio da nacionalização dos equipamentos, sempre que possível, merecem menção especial os aspectos relativos ao material motomecanizado, ao armamento, à munição, e ao material de comunicações.

Quanto ao primeiro, por estímulos partidos do Ministério do Exército, a indústria nacional, através da firma "Engenheiros Especializados S/A" já está capacitada a produzir *transmissões, de categoria especial, destinadas a viaturas militares, para tração em dois ou três eixos*, já tendo sido entregues cerca de 700 viaturas desse tipo, como parte de um plano mais amplo. É de se mencionar que temos conhecimento de que já existe um país, no Oriente Médio, em plena guerra, interessado em adquirir, da ENGESA, a licença de fabricação da transmissão do tipo em questão, o que vem comprovar a alta categoria de tal equipamento nacional.

Ainda no domínio do material motomecanizado é preciso fazer-se referência ao ajuste assinado entre o Ministério do Exército e a ENGESA, para que esta desenvolva o projeto e construção do protótipo de uma viatura mecanizada anfíbia, para fins diversos, entre os quais o de transporte de pessoal. Paralelamente a êsse projeto, está sendo desenvolvido diretamente sob a direção de órgãos especializados do Exército, *um protótipo de viatura de reconhecimento mecanizado*. Espera-se para breve, a últimação da experimentação dos aludidos protótipos, para então, conforme os resultados, ser feita a encomenda à indústria nacional, da cabeça de uma primeira série, havendo também interesse do país citado em obter mais pormenores sôbre essa viatura.

No setor de armamento convém assinalar que o Exército formulou uma política global, que se encontra em vias de implantação. Essa política, no que concerne a armamento portátil, adotou o Fuzil Automático, Leve e Pesado, calibre 7,62, calibre êsse adotado pelas forças integrantes da OTAN, já em plena produção pela indústria fabril do Ministério do Exército. É mister fazer referência, também, ao fato de que recentemente, buscando acelerar a transferência do "know-how" relativo à construção, no país, em futuro próximo, de *mísseis teleguiados*, foi incluído no Projeto Especial de Reaparelhamento a previsão de aquisição, no exterior, dos equipamentos padrões necessários àquele fim.

No que diz respeito à fabricação de munição, em sintonia com a Política Governamental, o Exército — em que pèse a existência de suas fábricas de munição, implantadas em verdadeira ação pioneira em época anterior ao atual surto industrial do país — tem procurado estimular e valorizar a indústria privada nacional, pela encomenda de parte da munição necessária ao seu reaparelhamento, com vistas a transferir progressivamente para aquela, os encargos industriais em pauta, hoje ainda sob a responsabilidade direta do Ministério do Exército.

Finalmente, no concernente a material de comunicações necessários às nossas unidades há que assinalar que o Ministério, apesar de possuir indústria específica própria, está estimulando sua fabricação pela Indústria Civil, firmando contratos com a IMBELSA, EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, WHINNER S/A, TELEFUNKEN e MATELIN, para o desenvolvimento e fabricação de diversos tipos de equipamentos de comunicações usados em campanha. Nesta oportunidade convém dizer, de público, que a implantação de uma indústria nacional de equipamentos militares de comunicações, embora plenamente viável, apresenta óbices não intransponíveis, mas que estão exigindo daqueles que se lançaram ao cumprimento da tarefa, muito esforço para levar avante a empresa, e continuará a exigir, dos que os sucederem, a firme determinação de prosseguir no cumprimento dessa obra de redenção nacional.

Para encerrar esta notícia sobre o reaparelhamento do Exército cumpre fazer referência à obtenção de equipamentos ditos pesados, tais como obuses para a artilharia e carros de combate. Estudos mais recentes parecem indicar não ser ainda compensador, em face do alto custo do material e limitado número de unidades de que necessita o Exército, produzi-los agora pela indústria nacional. Mesmo admitida a instalação de uma linha de montagem de tais engenhos, com o propósito de sustentá-la posteriormente, através da exportação, não se podem negar os óbices existentes para penetrar no já saturado mercado internacional de armamentos, onde não pretendemos competir. Assim, julga-se que nos próximos anos o Exército deva ainda importar os equipamentos bélicos da categoria pesada.

4 — Áreas de atuação do Exército onde coincidem o desenvolvimento e a segurança.

Quando se analisa as atividades do Exército, identificam-se setores de atuação, que, por seus efeitos e implicações, cobrem, simultaneamente, os dois ângulos da política e da estratégia nacional. Queremo-nos referir à contribuição sem dúvida da alta valia, que as Forças Terrestres estão prestando ao já mencionado processo de transformações qualitativas das estruturas.

Entre os vários campos de atuação abrangidos nesse setor, deter-nos-emos naqueles que consideramos mais significativos, com vistas aos propósitos desta Conferência.

#### 4.1 — Ação pioneira em áreas ainda não desbravadas ou em desenvolvimento

De início há que se fazer referência à ação colonizadora que o Exército exerce, com verdadeira paixão, em zonas ainda não desbravadas, principalmente nos imensos espaços vazios da Amazônia e no oeste de Mato Grosso, que apesar de politicamente sob a jurisdição brasileira, ainda não estão efetivamente incorporadas ao processo civilizatório nacional, com a agravante da ameaça que potencialmente existe, derivada de possível cobiça por parte de interesses estranhos ao país.

É sobre a mencionada área que se volta hoje o tradicional pioneirismo das instituições militares, a que muito deve a nação desde os primeiros momentos de sua fundação e organização, exercendo verdadeira ação de vanguarda, depois aprofundada pelas forças civis da sociedade brasileira. Neste quadro há dois aspectos distintos a focalizar, embora se interpenetrem e se inter-relacionem por seus efeitos — a ocupação, através da instalação de núcleos que marquem a presença viva e efetiva do BRASIL naquela área, e o sistema de comunicações, aí incluídos os transportes, entre esses núcleos e os centros de poder do país.



tâncias que variam de 650 km, a mínima, a 1.400 km, a máxima. Não é necessário grande poder de imaginação para avallar o esforço exigido da administração do Exército para assegurar a vida daqueles grupamentos humanos que, pela sua presença organizada, balizam os limites setentrionais e ocidentais da Pátria na Amazônia e, simultaneamente, servem de pólos de aglutinação, *nitidamente brasileira*, às populações esparsas que vivem naquelas imensidões.

Consciente da necessidade de prosseguir na expansão dessa tarefa, o Ministério do Exército acaba de criar, a partir do ano passado, e de instalar uma infra-estrutura de comando que pretende venha a permitir a mencionada expansão em termos de segurança e de cooperação ao desenvolvimento. Queremo-nos referir à transferência da sede do Comando Militar da Amazônia, de Belém para Manaus, implicando a criação de mais uma Região Militar, com todo o seu sistema administrativo de apoio, e aos três (3) Comandos de Fronteira: de Roraima, o do Acre — Rondônia e o do Solimões.

No que se refere às comunicações na Amazônia, sem dúvida obra de conjunto das Forças Armadas, é essencial fazer-se uma referência especial ao trabalho que a Força Aérea Brasileira, em particular, e a Marinha, em menor base, realizam em apoio às atividades que o Exército exerce naquela área.

A Oeste, já em Mato Grosso, possui o Exército, diretamente sediados na faixa fronteira, dois Batalhões de Infantaria, um dos quais, o de Cáceres, articulado em pequenas frações abarcando uma ampla frente; uma Companhia de Infantaria também articulada em destacamentos; três Regimentos de Cavalaria, um dos quais, o de Amambai, em vias de completar sua transferência de região já altamente desenvolvida do país para aquela zona, e, que compreende vários postos de fronteira. Há ainda que se fazer referência ao histórico Forte de Coimbra, que continua a prestar serviços à nação.

Na área mato-grossense há dois aspectos a focalizar; O primeiro diz respeito à crescente intensificação de problemas fronteiriços, e o segundo se relaciona com as implicações da abertura ao tráfego da rodovia Cuiabá — Pôrto Velho e a implantação de seu prosseguimento em direção a Cruzeiro do Sul, no Acre. Os estudos em decorrência do primeiro aspecto poderão levar à necessidade de criação de um Comando Militar de Área, independente, abarcando a fronteira oeste. Quanto ao segundo aspecto, é de se notar que a nova penetrante rodoviário passou a gerar efeitos no domínio das comunicações com repercussões profundas na economia da região, onde o abastecimento anteriormente sujeito à zona de influência da rede fluvial da Amazônia agora se faz principalmente pelo sul. Assim, o território de Rondônia, ainda ligado ao Comando Militar da Amazônia, já gravita economicamente mais em torno da área Campo Grande-Cuiabá, do que de Manaus. Em futuro não muito remoto o mesmo ocorrerá com o Acre. Todos esses fatos novos estão sendo con-

siderados na organização dos futuros comandos de áreas das Forças Terrestres naquela região.

Julgamos que o rápido esboço que acabamos de fazer quanto à atuação do Exército em áreas ainda não desbravadas, tenha logrado transmitir a relevância do papel das Forças Terrestres, com o apoio da Aeronáutica e da Marinha, numa região com reflexos em mais de 50% da área do território nacional.

Para completar esse exame sobre a ação do Exército na fronteira terrestre, temos que situar o papel por ele exercido na fronteira SW e S do país, que se reveste hoje de características sensivelmente diferentes das assinaladas na Amazônia e na zona de Mato Grosso. No Paraná onde a fase de pionerismo foi recentemente ultrapassada, as unidades de Foz do Iguaçu, de valor de batalhão e a de Guaira, no valor de companhia, constituem a base do sistema de vigilância numa fronteira que se transforma rapidamente, acarretando os mais complexos problemas para a segurança interna.

Já no Rio Grande do Sul o aspecto é outro, pois estamos em face de uma fronteira humanizada e completamente estabilizada, dispondo para guarnecê-la, de unidades sediadas em pontos que a História balizou.

#### 4.2 — Ação no Campo dos Transportes

Eis um campo de atuação das Forças Terrestres, via de regra muito bem conhecido, não só pelos que se debruçam sobre o estudo dos problemas nacionais, como também do grande público e muito bem exposto em conferências anteriores pronunciadas nesta Escola pelo ex-ministro do Exército, Gen Lyra Tavares.

O Exército, sem mencionarmos o serviço que no passado já prestou à Nação no setor dos transportes, presentemente, coopera na implantação de rodovias e ferrovias em todo o território nacional, através de sete (7) Batalhões de Construção, dois (2) Batalhões Rodoviários, um (1) Batalhão Ferroviário, uma (1) Companhia e três (3) Comissões de Estradas de Rodagem, empregando no corrente ano, pelo orçamento do Ministério dos Transportes, a soma de 164 milhões de cruzeiros.

No quadro geral da participação do Exército neste setor, há que se fazer duas menções especiais: a primeira diz respeito ao papel que o 1.º Grupamento de Engenharia vem realizando no Nordeste através de seus quatro batalhões, cuja ação não se limita à construção de vias de transporte em si, pois sua presença naquela região redonda numa verdadeira atividade psicossocial, não só pela participação em projetos ligados ao plano nacional de habitação, mas também, e sobretudo, pelo apoio que presta às populações locais, principalmente em situações de emergência; o outro aspecto digno

de menção, refere-se à *construção de rodovias em áreas em desbravamento e que asseguram a integração dessas áreas aos centros de poder do país*. Neste quadro merecem citação:

- a construção da penetrante Cuiabá — Pôrto Velho — Cruzeiro do Sul (Acre), com o trecho Cuiabá — Pôrto Velho já aberto ao tráfego, e o restante em vias de implantação devendo-se notar que essa penetrante se articulará com a Rodovia Interamericana, cognominada "Estrada Marginal da Selva", em Pucalpa, no Peru;
- a construção do eixo Manaus — Boa Vista (Roraima), com prolongamentos e em busca da fronteira do Brasil com a Venezuela e com a Guiana, já estando construído um trecho ligando o terminal fluvial do Rio Branco, em Caracará, com Boa Vista.

Finalmente, convém assinalar que no recente projeto de Integração Nacional, através da construção da Transamazônica e da rodovia Cuiabá-Santarém, segundo os entendimentos que se processam, também o Exército estará presente, em condições que acabam de ser fixadas e que levaram à criação de mais dois batalhões de construção por transformação de dois batalhões rodoviários além da constituição de novo Grupamento de Engenharia na Amazônia. Ao Exército, caberá a construção da penetrante Cuiabá-Santarém, o trecho da Transamazônica a W dessa penetrante e a ligação com a rede rodoviária nordestina a L da Belém-Brasília.

#### 4.3 — Ação no Campo da Ciência e Tecnologia

Grande vem sendo o esforço das Forças Armadas, de um modo geral, no domínio da Ciência e Tecnologia, seja para uso próprio, seja como contribuição ao esforço nacional neste sentido.

De início há que fazer referência ao serviço relevante que vêm prestando à nação, fora dos quadros orgânicos das respectivas Forças, os oficiais que tiveram sua formação técnico-científica nos estabelecimentos militares de ensino e por vêzes, posteriormente aperfeiçoadas pela frequência a curso de pós-graduação em institutos tecnológicos de nações altamente desenvolvidas. É sabido que tanto os Órgãos governamentais, como as empresas privadas disputam o concurso de tais elementos, pela alta categoria profissional de que são dotados.

Felta esta referência indispensável, podemos apresentar uma síntese das atividades do Exército neste campo.

O Ministério do Exército, pioneiro em vários campos de tecnologia, possui estruturalmente um Órgão destinado ao desenvolvimento tecnológico, a Diretoria de Pesquisas e Ensino Técnico, compreendendo,

essencialmente, o Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento e o Instituto Militar de Engenharia.

O Exército está empenhado em intensificar, em campos prioritários, a pesquisa e o desenvolvimento técnicos, dirigidos no sentido de aumentar seu grau de operacionalidade e de simplificar a execução dos suprimentos mediante a obtenção de armamentos e de equipamento técnico no mercado interno do país. Os recursos atribuídos ao Ministério neste setor destinam-se ao pagamento de serviços de pesquisadores, aquisição de matérias-primas, estabelecimento de convênios com entidades civis especializadas, bem como a aquisição de equipamentos estrangeiros acompanhados por substancial transferência de "know-how" necessária à posterior fabricação através da indústria nacional.

Presentemente, a Diretoria de Pesquisa e Ensino Técnico tem a seu cargo, especificamente, a missão de desenvolver estudos e pesquisas que possibilitem a fabricação no Brasil de vários equipamentos, entre os quais um Carro Blindado de Reconhecimento sobre rodas; e Metralhadora de 7,62mm, uma Equipagem de Ponte Brasileira e mísseis terra-terra e terra-ar.

Para concluirmos este panorama da atuação do Exército no campo da ciência e da tecnologia precisamos fazer duas referências. A primeira diz respeito à alta categoria de produtos das Fábricas de Estrêda e de Piquête, estabelecimentos que vêm contribuindo para incremento industrial do país pela fabricação de pólvoras e explosivos de larga aplicação no meio civil, para os fins mais diversos; bem como de subprodutos como o cloro e o ácido sulfúrico. Para revelar dado indicador do volume de comercialização da indústria militar, podemos citar que nos primeiros quatro meses do corrente ano, só Piquête vendeu à indústria civil cerca de sete milhões de cruzeiros. A segunda se refere ao convênio ultimamente firmado entre o Ministério do Exército e o BNDE, que permitirá utilizar os diversos órgãos da DPET para contribuir em áreas relevantes do desenvolvimento nacional no domínio científico e tecnológico.

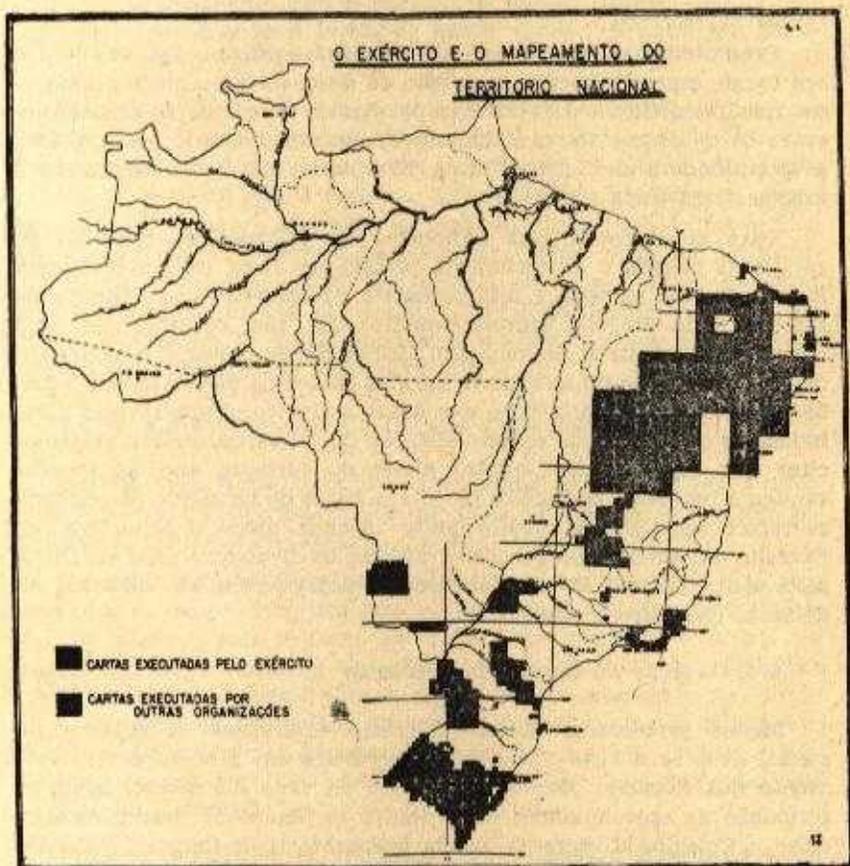
#### 4.4. — Ação no Campo da Educação

Menos sofisticado, porém de maior amplitude e repercussão social, situa-se a ação das Forças Terrestres em prol do desenvolvimento dos *Recursos Humanos*, através da rede de ensino, leigo da formação de especialidades civis dentro do Exército. Assim, cumpre citar os Colégios Militares, a Escola Preparatória de Cadetes, o Centro de Estudos de Pessoal, os cursos especializados de diversas categorias, tais como, de mecânico de viaturas, mecânico de rádio, de enfermeiros, além do preparo de mão-de-obra civil especializada, durante o tempo de serviço militar, visando à indústria, à agricultura e à pecuária. Finalmente, mencionaremos a experiência da aplicação de teste

de vocação civil, que o Exército está fazendo com os convocados para a seleção, em convênio com a Fundação Getúlio Vargas.

#### 4.5 — Ação no campo da cartografia

O mapeamento do território nacional sempre constituiu uma preocupação do Ministério do Exército, atividade que, no passado, desde 1903, exerceu em caráter precursor e pioneiro, e que hoje continua a exercer com ênfase especial, em associação com outros organismos nacionais, públicos e particulares.



O Quadro n.º 2, Anexo, indica o resultado desse trabalho. Dê-se destaque com impressionante nitidez, o quanto se tem a fazer em matéria de cartografia em um Brasil praticamente desconhecido.

## QUADRO Nº 3

Visão estatística da Destinação dos Recursos Financeiros Atribuídos às Forças Armadas para o Exercício de 1970

RECURSOS ATRIBUÍDOS (1) EM CR\$				
EMFA	AERONÁUTICA	EXÉRCITO	MARINHA	TOTAL
12.245.000	947.900.000	1.545.000.000	827.000.000	3.432.145.000

RECURSOS EXCLUSIVAMENTE DESTINADOS AOS PROGRAMAS DE "DEFESA E SEGURANÇA"					
EMFA	AERONÁUTICA	EXÉRCITO	MARINHA	TOTAL	% sobre os recursos totais atribuídos
1.450.000	602.000.000	1.200.000.000	472.000.000	2.281.450.000	66,5%

RECURSOS DESTINADOS A OUTROS PROGRAMAS QUE SE VINCULAM MAIS DIRETAMENTE AO DESENVOLVIMENTO						
Órgão Setor	EMFA	AERONÁUTICA	EXÉRCITO	MARINHA	TOTAL	% sobre os recursos totais atribuídos
Assistência e Previdência	-----	124.000.000 (2)	444.000.000 (2)	100.000.000 (4)	764.000.000	
Ciência e Tecnologia	-----	2.500.000	-----	2.000.000	4.500.000	
Comunicações	-----	390.000 (3)	2.000.000 (4)	-----	2.390.000	
Educação	-----	11.500.000 (5)	1.800.000 (5)	8.000.000 (5)	19.400.000	
Energia	-----	480.000 (2)	200.000 (6)	-----	680.000	
Indústria e Planejamento Urbano	2.800.000	17.500.000	15.700.000	7.500.000	43.500.000	
Indústria	-----	10.800.000 (7)	-----	-----	10.800.000	
Saúde e Bem-estar	2.000.000	23.100.000	2.000.000	23.700.000	48.800.000	
Transporte	-----	133.100.000 (8)	400.000 (9)	99.000.000 (10)	232.500.000	
				TOTAL	1.147.050.000	33,4%

RECURSOS DESTINADOS A PROGRAMAS VINCULADOS A SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS					
EMFA	AERONÁUTICA	EXÉRCITO	MARINHA	TOTAL	% sobre os recursos totais atribuídos
				3.645.000	0,1%

- 1 - Fonte: Orçamento da União - MINPLAN/70 - Em números arredondados.
- 2 - Inclui as despesas com inativos e pensionistas.
- 3 - Proteção ao voo.
- 4 - Rede Fixa. Cooperas para integração nacional.
- 5 - Ensino primário, secundário e superior técnico.
- 6 - Falta de Fronteira - Colonização.
- 7 - Fomento à Indústria Nacional e Manutenção.
- 8 - Infra-estrutura e Estrutura de Aeroportos e Proteção ao Voo.
- 9 - Navegação Fluvial na Amazônia.
- 10 - Infra-estrutura de navegação Marítima e Fluvial.

## 5 — Recursos Financeiros Atribuídos ao Exército

A esta altura de nossa exposição, torna-se oportuno fazer uma análise do vulto dos recursos financeiros atribuídos ao Exército, tendo em vista avaliar a sua adequação ao preparo desse instrumento da Política de Segurança Nacional.

Há os que, por má fé ou ignorância dos fatos, assoalham que as instituições militares consomem recursos que melhor poderiam ser canalizados para programas ligados ao desenvolvimento, partindo, naturalmente, do pressuposto, de forma alguma verdadeiro, de que todo o orçamento dos ministérios militares destina-se à "Defesa e Segurança", e possui um vulto exagerado.

Antes de focalizarmos a questão no que se relaciona especificamente ao Exército, examinemos o panorama nas Forças Armadas. A verdade é que as despesas anuais com as Forças Armadas do país, não chegam a atingir a dois vírgula três por cento (2,3%) do Produto Interno Bruto (PIB), nelas incluindo dispêndios não necessariamente vinculados à Defesa e Segurança. Poder-se-ia aqui fazer uma comparação com as taxas vigentes em outros países, pela qual seria evidenciada a baixa quota que o Brasil credencia às suas Forças Armadas para fins exclusivos de "Defesa e Segurança". Entretanto, tal comparação, sob muitos aspectos, é falaz, por não se alicerçar num mínimo de racionalidade, capaz de lhe conferir autenticidade, pelos múltiplos fatores a serem considerados, todos variáveis, em função do "status" nacional e internacional de cada país considerado.

O que nos pode ser útil, e mesmo esclarecedor, neste momento, é uma visão do destino dos recursos financeiros atribuídos às Forças Armadas como um todo, para bem avaliar a sua adequação em face das necessidades inadiáveis de reaparelhamento e adestramento.

Tomando por base o corrente exercício financeiro, foi organizado o Quadro n.º 3 anexo, pondo em evidência que, dos recursos atribuídos às Forças Armadas, *cêrca de sessenta e seis vírgula cinco por cento (66,5%) são destinados especificamente a programas de "Defesa e Segurança" e cerca de trinta e três vírgula quatro por cento (33,4%) são aplicados em programas mais diretamente vinculados ao desenvolvimento e aos setores de Assistência e Previdência (incluindo o pagamento a inativos e pensionistas) da Ciência e Tecnologia, das Comunicações (Rêde Rádio fixa do Exército, Proteção ao Vôo), da Educação (Ensino Primário, Secundário e Superior Técnico), da Energia (Colonização na Faixa de Fronteira), da Habitação e Planejamento Urbano, da Indústria, da Saúde e Saneamento, dos Transportes. A percentagem restante, de 0,10% refere-se a programas vinculados*

a serviços administrativos. Esses dados, que representam uma tendência nos últimos anos, comprovam que apenas uma parte do orçamento militar (66,5%) é realmente destinada a programas da categoria de "Defesa e Segurança", o que, por sua insuficiência, como já foi assinalado, tem levado as Forças Armadas a se privarem do atendimento de suas necessidades fundamentais de investimentos e outros custeios, conscientes das prioridades que deviam ser dadas, nos últimos anos, aos programas de desenvolvimento do país.

Quanto ao que diz respeito ao Exército, foi realizado no ano passado, na Diretoria-Geral de Economia e Finanças, uma análise de sua evolução orçamentária, para identificação das causas que levaram à descapitalização do Exército no decorrer dos dois últimos decênios e conseqüente perda de dinamismo, quer operacional, quer administrativo. O resultado permitiu avaliar e dimensionar as necessidades de reformulação dos planejamentos adotados tendo em vista o nível de eficiência desejado para o futuro.

Um dos principais resultados da análise foi evidenciar a insuficiência de recursos empregados em "Investimentos" e "Outros Custeios" em relação às despesas com "Pessoal", no período de 1950 a 1969, quando foram gastos, em média, 83,5% com Pessoal, 5,5% com Investimentos e 11,0% com outros Custeios.

Mesmo levando em conta que numa força armada a despesa com o pessoal — sua principal matéria-prima — tem de ser elevada, o problema se afigura mais grave, se comparada nossa estrutura orçamentária naquele período, com o de outros Exércitos, conforme os dados contidos no quadro que se segue:

Quadro n.º 4. Estudo comparativo da estrutura orçamentária das Despesas Militares em diversos países, nos últimos anos.

	BRASIL	FRANÇA	ALEMANHA	E.U.A.
Pessoal	83,5%	53,5%	31,5%	31,1%
Outros Custeios	11,0%	20,4%	34,5%	28,2%
Investimentos	5,5%	36,1%	34,0%	40,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Vê-se, assim, que o crescimento orçamentário do Exército foi, de forma quase permanente, absorvido no dispêndio com pessoal. E não

por substancial aumento de efetivo, mas por acréscimos salariais que compensavam o aumento do custo de vida no descompasso inflacionário.

A grosso modo, duas linhas de ação poderiam ser consideradas para reverter aquela situação a curto prazo:

- pela diminuição dos dispêndios com pessoal (redução de efetivos), em favor dos dispêndios em investimentos;
- pelo aumento dos orçamentos no "quantum" necessário aos investimentos, e outros custeios, mantidos os dispêndios com pessoal.

Em ambos os casos seria modificada a estrutura orçamentária com o conseqüente aumento da taxa de investimentos. Se continuássemos a ter uma estrutura em que essa taxa fôsse igual à média dos últimos vinte anos (5,5%), só em 1985 poderíamos recompletar as faltas atuais que, evidentemente, já teriam sofrido a ação do desgaste progressivo.

Para que em 1975 tenhamos o Exército reaparelhado em condições de bem cumprir sua destinação constitucional em face dos fatores conjunturais em presença, torna-se necessário ter, no mínimo, uma taxa de investimentos anual de 14,4%.

Por outro lado, *a alternativa de redução de efetivos, em termos globais, em favor dos dispêndios em investimentos, implicaria um risco totalmente desaconselhável.* Isto porque, os encargos atribuídos ao Exército por sua natureza e em face das dimensões continentais de nosso país *indicam, de maneira irretorquível, que, no mínimo, seja mantido, no momento o atual teto em efetivos atribuído ao Exército.* Admite-se, entretanto, que através da modernização da atual estrutura — como, aliás estamos procedendo — possa obter com o mesmo teto, um Exército mais eficiente, em termos de operacionalidade.

Ademais, cumpre consignar que o Brasil apresenta no quadro dos países ocidentais — América e Europa — uma das menores proporções entre a população existente e o efetivo do respectivo Exército, como se pode verificar da análise do quadro número 5, com dados referentes ao período 1968/1969, mesmo entre as potências não comprometidas em pactos militares:

**O EXÉRCITO COMO INSTRUMENTO DA AÇÃO  
POLÍTICA NACIONAL**

QUADRO N.º 5 — Estudo indicativo da proporção população/efetivo do Exército em diversos países.

PAÍS	POPULAÇÃO	EFETIVO DO EXÉRCITO	SOLDADOS POR 1.000 HAB	OBS
Argentina .....	23.706.000	80.000 (1)	3,3	
Bolívia .....	3.800.000	13.000 (1)	3,1	
Brasil .....	90.300.000	160.000 (1)	1,7	Potências não comprometidas em pactos militares.
Chile .....	8.935.000	28.808 (1)	3,2	
Colômbia .....	19.773.000	30.000 (1)	1,5	
Cuba .....	7.900.000	43.000 (2)	5,5	
França .....	50.400.000	328.000 (3)	6,5	
Alemanha Ocidental .....	58.500.000	326.000 (3)	5,4	
Alemanha Oriental .....	17.200.000	85.000 (3)	5,0	Potências comprometidas em pactos militares.
EE.UU .....	201.000.000	1.535.000 (3)	7,6	
URSS .....	235.000.000	2.000.000 (3)	8,4	
Canadá .....	20.700.000	41.500 (3)	2,0	

(1) Fonte — EME

(2) Fonte — Armed Forces of the World

(3) Fonte — The Institute For Strategic Studies The Military Balance 1968/69

O terceiro Governo da Revolução, analisando o problema, decidiu manter os efetivos e assegurar ao Exército os acréscimos de recursos necessários ao seu reaparelhamento.

E dentro dessa decisão empenha-se, hoje, o Exército no planeamento da aplicação, com sabedoria, dos investimentos destinados ao seu reequipamento e na redução de custos das demais atividades secundárias, procurando sempre, obter e manter a verdade orçamentária no que tange aos "outros custeios".

Em decorrência da nova política económico-financeira adotada pelo Ministério do Exército, e admitindo-se o pleno fornecimento dos recursos programados, lograr-se-á, no período 1970/1971, o início da reversão de tendências quanto à estrutura de despesas, como indica o quadro que se segue e que representa apenas uma previsão quanto ao ano de 1971.

Quadro n.º 6. Estrutura orçamentária das despesas do Ministério do Exército para o período 1970-1971 (Previsão)

	1970	1971
Pessoal	73,1%	61,0%
Outros Custeios	9,9%	18,0%
Investimentos	17,0%	21,0%
Total	100,0%	100,0%

## 6 — As Operações Psicológicas

Em face da própria natureza da Guerra Revolucionária, que como foi dito, se reveste de um aspecto global e total, no qual a luta pela conquista das mentes constitui seu traço marcante, inclusive na sua forma indireta mais atual, qual seja a da implantação do terror pela violência — é preciso atuar intensamente, e com inteligência, no domínio psicológico, seja para preparar o espírito dos que são alvo da sistemática ação adversa, seja para agir diretamente sobre o ânimo do inimigo interno, no sentido de confundi-lo e de quebrar-lhe, mesmo, a vontade de lutar.

Aí se situam o que denominamos *operações psicológicas*.

Como é fácil de se compreender, o planeamento e a conduta das operações psicológicas, com aquela finalidade, não são da alçada exclusiva das instituições militares, pois trata-se de um problema de

conotação global, abrangendo todos os setores da Nação e, portanto, envolvendo a responsabilidade de todas as instituições nacionais e de todos os brasileiros, que devem ter suas ações devidamente coordenadas.

Entretanto, fiéis à sua destinação constitucional, e por estarem cientes e conscientes da ameaça que representa para a segurança da Pátria a existência de um mecanismo de pressão psicológica desencadeado pelo Comunismo Internacional sobre a mente dos brasileiros — *no fundo, uma verdadeira guerra psicológica* — as Forças Armadas vêm procurando alertar os órgãos responsáveis para a necessidade de nos organizarmos para travar o combate, neste terreno, em situações vantajosas.

Nesta matéria como dado indicador da gravidade da questão, mencionaremos a elevada percentagem de jovens enredados na tela da subversão e do terrorismo. Como índice expressivo, revelador da vulnerabilidade dos mesmos à ação psicológica adversa, cumpre assinalar que a idade média dos comprovadamente comprometidos com essas atividades é de 23 anos, e que os estudantes constituem cerca de 33% dos que ultimamente foram detectados pelos órgãos de segurança, sem contar os que foram impregnados ainda como alunos e os que exercem outra atividade básica. Ademais, entre aqueles jovens a maioria está vinculada a institutos de ensino de Filosofia e Ciências Sociais. Aí a responsabilidade dos professores, dos reitores, e diretores de escolas, dos pais, dos órgãos que formam a opinião pública, dos homens de empresa, da Igreja, do Governo. Reconhecemos, que esse setor, o da educação dos jovens secundaristas e universitários, escapa à ação direta das instituições militares, mas mesmo assim, fizemos questão de registrar o fato no quadro do problema que estamos focalizando, tal a gravidade que atribuímos a esse crime que se está cometendo contra o futuro de nosso país.

No que tange à sua própria esfera de ação, o Exército está em plena fase de sistematização do planejamento e da conduta das ações psicológicas, visando a;

- (1) manter os quadros e a tropa perfeita e permanentemente informados sobre o verdadeiro papel das Forças Armadas no combate à subversão, desenvolvendo e aprofundando, em seus integrantes, o sentimento democrático dentro da moral cristã de nossos maiores e esclarecendo-os quanto aos propósitos da doutrinação e da ação do Comunismo Internacional. Neste sentido as *Diretrizes Gerais de Ensino e Instrução, baixadas pelo Estado-Maior do Exército para o biênio 1970-1971*, prescrevem claramente que a instrução do Exército, entre outros fatores, deve orientar-se por forma a "desenvolver uma ação psicológica sobre oficiais e praças, para que o Exército, como

um todo, sinta o clima da guerra revolucionária existente e a tendência de agravamento das ações de elementos subversivos, a fim de que a vigilância seja contínua e eficaz e as reações oportunas e com a violência que se fizer necessária”;

- (2) obter o apoio indispensável da população civil, no cumprimento de sua missão precípua, principalmente assegurando uma imagem favorável quanto à atuação das Forças Armadas;
- (3) cooperar no esclarecimento das lideranças civis, por forma a capacitá-las a desenvolver, na população brasileira, o espírito de luta contra a guerra psicológica de inspiração comunista;
- (4) conduzir, com oportunidade, a guerra psicológica sobre participantes da subversão, de forma a enfraquecer seu moral, romper sua coesão e neutralizar a propaganda ideológica por eles desenvolvida;
- (5) estimular, em cooperação com as autoridades civis, o espírito comunitário, como um dos recursos mais efetivos no estabelecimento de uma verdadeira vivência democrática.

## 7 — Conclusão

É tempo de terminar. No curso desta exposição empenhamo-nos em fornecer aos ilustres estagiários que nos honram com sua atenção, dados e informações que possam servir de subsídio à formulação de um juízo honesto sobre o papel do Exército, na atual conjuntura, como instrumento da política nacional.

No período de debates que se seguirá, estamos prontos não só a aprofundarmos as considerações feitas no curso da conferência, como também a ouvir, com respeito e atenção a contribuição que porventura, alguns dos senhores venham a considerar oportuno oferecer ao conferencista, num verdadeiro diálogo, franco e leal, entre brasileiros que estão engajados numa luta sem quartel em prol da grandeza de nossa Pátria.

A Revolução de 31 de março veio trazer ao povo brasileiro a consciência de que desenvolvimento não pode ser confundido com o desenvolvimentismo eufórico que imperou na década dos cinquenta e que o almejado progresso só pode ser conseguido se houver tranqüilidade proporcionada pela Segurança.

E porque conhecemos o nosso povo, e porque conhecemos sua formação democrática e cristã, e porque sabemos que nunca se acovardará em face dos obstáculos que impeçam a marcha de sua pátria para o desenvolvimento, cremos no futuro do Brasil.